

**BIBLIOGRAFIA  
TEMÁTICA**

**NOVO MARCO LEGAL  
DO SANEAMENTO  
BÁSICO**

*Escola de Contas Públicas  
Biblioteca Cyro dos Anjos*



Outubro, 2022

## APRESENTAÇÃO

*As Bibliografias Temáticas do Tribunal de Contas do Distrito Federal têm como objetivo disponibilizar aos Conselheiros, aos servidores do Tribunal, aos jurisdicionados e à população em geral referências bibliográficas que contribuam para a ampliação dos conhecimentos a respeito de temas específicos.*

*A publicação reúne referências de livros, capítulos de livros e artigos de periódicos sobre o assunto, oferecendo, inclusive, links para acesso ao texto integral, quando disponíveis. As fontes de informação utilizadas para a elaboração desta Bibliografia são: Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), sítios eletrônicos de Instituições congêneres, plataformas digitais especializadas e internet em geral.*



*Esta edição das Bibliografias Temáticas é dedicada ao tema “Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil”.*

*Para outras informações, favor entrar em contato com a Biblioteca pelo e-mail [biblioteca@tc.df.gov.br](mailto:biblioteca@tc.df.gov.br).*

## ARTIGOS DE PERIÓDICOS

1. ANDERÁOS, A. O desenho regulatório do novo marco legal do saneamento básico no Brasil e a aparente dicotomia entre a regulação contratual e discricionária. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, v. 7 n. 2, p. 24-51, out. 2021.

[Acesso on-line](#)

2. CAVALCANTI, Paula Gomes da Costa. Lei Federal Nº 14.026/2020: o “velho” novo marco regulatório do saneamento básico. **Revista ensaios**, v. 18, p. 215-223, jan./jun. 2021.

[Acesso on-line](#)

3. COSTA, Silvana Hoshino da. Trajetória institucional do saneamento básico: do Planasa à Lei nº 14.026/2020. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte. Fórum, v. 20, n. 78, p. 215-247, abr./jun. 2022.

**Localização:** STF: Biblioteca Digital Fórum 2022 v. 20 n. 78 abr./jun.

STJ: 2022 v. 20 n. 78 abr./jun.

[Registro completo](#)

4. COUTO, Clayton Santos do. A participação dos usuários no novo marco legal do saneamento básico. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**. São Paulo: Revista dos Tribunais: v. 6, n. 21, p. 51-75, abr./jun. 2022.

**Localização:** SEN: BDSF 2022 ano 6 n. 21 abr./jun.

STJ: Estante Virtual de Periódicos 2022 v. 6 n. 21 abr./jun.

[Registro completo](#)

5. ERMAKOFF, Eduardo Delmonte. Novo marco legal do saneamento: impactos na cadeia de fornecedores. **BNDES**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 179-239, mar. 2022.

[Acesso on-line](#)

6. FERNANDES, Ana Paula Sousa. Políticas de desenvolvimento da infraestrutura para o saneamento básico no Brasil: empecilhos à execução das metas e limitação do acesso ao bem público. **Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 6, n. 21, p. 25-49, abr./jun. 2022.

**Localização:** SEN: BDSF 2022 ano 6 n. 21 abr./jun.

STJ: Estante Virtual de Periódicos 2022 v. 6 n. 21 abr./jun.

[Registro completo](#)

7. FERREIRA, José Gomes; GOMES, Matheus Fortunato Barbosa; DANTAS, Maria Wagna de Araújo. Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 7, p. 65449-65468, jul. 2021.

[Acesso on-line](#)

8. FURLAN, Valéria. Principais aspectos do novo marco do saneamento básico: Lei ordinária federal 14.026, de 16 de julho de 2020. **Revista dos tribunais**, v. 109, n. 1022, p. 23-38, dez. 2020.

**Localização:** SEN: BDSF 2020 ano 109 v. 1022 dez.

STJ: Estante Virtual de Periódicos 2020 v. 109 n. 1022 dez.

[Registro completo](#)

9. GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Apontamentos sobre o Decreto nº 10.710/2021 e a comprovação da capacidade econômica-financeira dos prestadores de serviço de saneamento básico para viabilizar a sua universalização. **Revista de Direito Público da Economia**. Belo Horizonte: Fórum, v. 19, n. 75, p. 121-146, jul./set. 2021.

**Localização:** STF: Biblioteca Digital Fórum 2021 v. 19 n. 75 jul./set.

STJ: 2021 v. 19 n. 75 jul./set.

[Registro completo](#)

10. LEHFELD, Lucas de Souza. A injustiça ambiental e a ausência de saneamento básico adequado. **Veredas do Direito**, Florianópolis, v. 18, n. 40, p. 279-302, jan./abr. 2021.

[Acesso on-line](#)

11. LEITE, Michael Douglas Sousa et al. O novo marco do saneamento (Lei Federal nº. 14.026 de 2020) e os possíveis impactos nos pequenos municípios brasileiros. **Research, society and development**, v. 10, n. 9, 2021.

[Acesso on-line](#)

12. LEMBI, João Lucas Cavalcanti. As perspectivas da Lei n. 14.026/2020 na universalização do saneamento básico: ferramentas legais para garantir o atingimento de metas. **Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 40, n. especial p. 51-59, 2022.

[Acesso on-line](#)

13. LONGO FILHO, Fernando José. Regiões metropolitanas, saneamento básico e privatizações. **Interesse Público**, ano 22, n. 119, p. 189-208, 2020.

**Localização:** TCD: 2020 v. 22 n. 119 jan./fev.

[Acesso on-line](#)

14. MARÇAL, Thaís. A convergência de oportunidades da nova Lei de licitações para o setor de saneamento básico. **Revista Síntese de Direito Administrativo**, São Paulo: IOB, v. 17, n. 201, p. 49-59, set. 2022.

**Localização:** CAM: 532 2022 ano 17 n. 201 set.

STJ: Estante Virtual de Periódicos 2022 v. 17 n. 201 set.

[Registro completo](#)

15. MELO, Márcio Rodrigues. O saneamento básico como requisito para o alcance do direito fundamental ao mínimo existencial ecológico: análise da atualização do Marco regulatório do saneamento no Brasil (Lei nº 11.445/07) por meio da Lei nº 14.026/2020. **Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico**, Porto Alegre: Magister, v. 17, n. 100, p. 128-141, fev./mar. 2022.

**Localização:** TJD: 2022 v. 17 n. 100 fev./mar.

STJ: Estante Virtual de Periódicos 2022 v. 17 n. 100 fev./mar.

[Registro completo](#)

16. MEHL, Jonas Veprinsky. A subconcessão no serviço público de saneamento básico à luz do novo marco legal. **Revista de Direito Público da Economia**. Belo Horizonte: Fórum, v. 19, n. 76, p. 103-130, out./dez. 2021.

**Localização:** STF: 2021 v. 19 n. 76 out./dez.

STJ: 2021 v. 19 n. 76 out./dez.

[Registro completo](#)

17. NEVES, Namir Antonio. O novo marco legal do saneamento básico. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, v. ed. especial, n. 147, p. 58-59, jul./dez. 2020.

[Acesso on-line](#)

18. PAGANINI. Wanderley da Silva; BOCCHIGLIERI, Miriam Moreira. O novo marco legal do saneamento: universalização e saúde pública. **Revista USP**, São Paulo, n. 128, p. 45-60, jan./fev./mar. 2021.

[Acesso on-line](#)

19. RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues. A Agência Nacional de Águas e a coordenação federativa no novo marco do saneamento básico. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, v. 281, n. 2, p. 107-137, maio/ago. 2022.

[Acesso on-line](#)

20. QUEIROZ, Roberlei Aldo. Lei nº 14.026/2020: breves contrastes do novo marco legal do saneamento básico. **Revista digital do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, n. 28, p. 10-26, abr./jun. 2020.

[Acesso on-line](#)

21. SILVA, Cláudia Serra Wermelinger. Universalização do saneamento básico no Brasil: a agenda 2030, o papel do estado e os impactos da Lei n. 14.026/2020. **Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v. 40, n. 1 p. 34-56, jan./jun. 2022.

**Localização:** TCD: 2022 v. 40 n. 1 jan./jun.

[Acesso on-line](#)

22. SION, Alexandre Oheb. Necessidade de investimentos em infraestrutura para universalização do saneamento básico no combate a pandemias: uma análise do enfrentamento à covid-19 à luz do novo marco legal do saneamento básico. **Revista Ciências Jurídicas e Sociais – IUR**, v. 1, n. 1, p. 111-141, 2020.

[Acesso on-line](#)

23. SOUSA, Ana Cristina Augusto de. O que esperar do novo marco do saneamento?. **Cadernos de saúde pública**, v. 36, n. 12, p. 1-4, dez. 2020.

[Acesso on-line](#)

24. SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. O direito à água e ao saneamento básico. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, v. 18, n. 40, p. 385-409, jan./abr. 2021.

[Acesso on-line](#)

25. VASCONCELOS, Priscila Elise Alves; VELOSO, Luiza Lins. O novo marco legal do saneamento e o racismo ambiental. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 18 - n. 2, p. 166-188, jul./dez. 2020.

[Acesso on-line](#)

## LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

1. CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da (coord.). **Novo marco regulatório do saneamento básico no Brasil**: estudos sobre a nova Lei nº 14.026/2020. São Paulo: Quartier Latin, 2021.

**Localização:** STJ: 628:35.078.2(81) N945ma

[Registro completo](#)

2. DAL POZZO, Augusto Neves. **Lei federal nº 14.026/2020**: o novo marco regulatório do saneamento básico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020. 540 p.

**Localização:** TCD: 628:35.078.2 DALPO NOVO

[Registro completo](#)

Saneamento básico: a evolução jurídica do setor.

**Rodrigo de Pinho Bertocelli.**

**p. 17-33**

Considerações iniciais sobre a Lei 14.026/2020: novo marco regulatório do saneamento básico.

**Alexandre Santos de Aragão e Rafael Daudt D'Oliveira.**

**p. 35-53**

Os desafios do saneamento e os incentivos para o avanço do setor.

**Daniela Sandoval e Jéssica Acocella.**

**p. 55-69**

O regime jurídico de transição no novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020).

**Juliano Heinen e Rafael Maffini.**

**p. 71-95**

Investimentos em saneamento: será o novo marco regulatório capaz de nos levar ao atingimento da meta de universalização do saneamento básico no Brasil?

**Charles Corrêa Schramm.**

**p. 97-102**

Princípios do marco legal do saneamento básico, com as alterações determinadas pela Lei 14.026, de 15 de julho de 2020.

**João Negrini Neto e Maria Carolina Negrini.**

**p. 105-115**

Serviço público de saneamento básico: abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. Conceitos e implicações no novo marco regulatório.

**Artur Porto Alegre.**

**p. 119-134**

Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

**André Luiz Freire.**

**p. 137-150**

Titularidade do serviço de saneamento básico à luz da Lei Federal 14.026/2020...

**Ricardo Marcondes Martins.**

**p. 153-186**

Gestão associada da prestação dos serviços – o que muda com o Novo Marco Legal do Saneamento.

**Natália Resende, Isadora Cohen e Fernando S. Marcato.**

**p. 187-200**

Consórcios públicos e o marco legal do saneamento básico.

**Adilson Abreu Dallari.**

**p. 201-210**

Gestão associada e outros arranjos institucionais para a prestação dos serviços de saneamento.

**Giuseppe Giamundo Neto e Fernanda Leoni.**

**p. 211-220**

Notas sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico.

**Rafael Domingos Faiardo Vanzella e Jéssica Suruagy Amaral Borges.**

**p. 221-250**

Camisa 10: o novo marco legal do saneamento básico: um olhar para o futuro e as oportunidades de sinergia: exercício da titularidade: interesse local e interesse comum: uma visão integrativa e modelos contratuais e societários.

**Adriano Candido Stringhini e Tales José Bertozzo Bronzato.**

**p. 251-266**

Da política pública de saneamento básico no novo marco regulatório.

**Percival José Bariani Júnior e Paulo Henrique Triandafelides Capelotto.**

**p. 269-295**

Aspectos atinentes à judicialização de Políticas Públicas e o novo marco legal do saneamento básico.

**Evane Beiguelman Kramer.**

**p. 297-304**



As competências normativas da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) em razão do advento da Lei federal 14.026, de 2020, modificativa do “marco legal” do saneamento.

**Maurício Zockun.**

**p. 307-321**

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e os novos marcos normativos da Lei n. 14.026/2020: uma breve análise acerca das perspectivas e expectativas em relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 6.492.

**Christianne Dias Ferreira e Luís Carlos Martins Alves Júnior.**

**p. 323-334**

Novo marco do saneamento e a atividade regulatória.

**Cristiana Fortini e Adriana da Costa Ricardo Schier.**

**p. 335-352**

A Lei 14.026/2020 e a remoção das barreiras ao investimento privado.

**Diogo Mac Cord de Faria.**

**p. 355-368**

O “novo” marco do saneamento básico brasileiro: a importância do marco regulatório setorial e o mito da privatização.

**Jhonny Prado, Mariana de Araújo Antunes e Viviane Formigosa.**

**p. 369-385**

O Novo marco regulatório de saneamento básico e os modelos de emparceiramento com a iniciativa privada: a concessão e a parceria público-privada.

**Augusto Neves Dal Pozo e Renan Marcondes Facchinatto.**

**p. 389-409**

A hora e a vez do setor privado: modelagem de privatizações e concessões no setor de saneamento.

**José Virgílio Lopes Enei.**

**p. 411-422**

A economia política do novo marco legal do saneamento: do público vs. Privado para as Parcerias Público-Privadas.

**Carlos Alexandre Nascimento, Antonio Sodré e Rafael Castilho.**

**p. 423-440**

Delegação dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos no novo marco regulatório de saneamento básico.

**Edgar Hermelino Leite Júnior e Marcia Buccolo.**

**p. 441-458**

A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico.

**Christianne de Carvalho Stroppa e Renila Lacerda Bragagnoli.**

**p. 461-475**

Sustentabilidade econômica e social.

**Bruno Aurélio e Renan Sona Silva.**

**p. 479-497**

Hipóteses de interrupção dos serviços na Lei de Saneamento.

**Sílvio Luís Ferreira da Rocha.**

**p. 499-502**

Novo marco legal do saneamento, variações regulatórias e consequências tributárias: delimitações de despesas e de seu tratamento tributário para composição dos preços dos serviços de saneamento básico.

**Tácio Lacerda Gama e Viviane Câmara Strachicini.**

**p. 505-519**

A tutela penal do meio ambiente no desenvolvimento da atividade de saneamento básico.

**Cláudia Vara e Guilherme San Juan Araújo.**

**p. 523-540**

3. FORTINI, Cristiana (org.). **Novo marco do saneamento básico**: aspectos ambientais, administrativos, regulatórios e tributários. 1 ed. Belo Horizonte: D' Plácido, 2021. 977 p.

**Localização:** STJ: 628:35.078.2(81) N935I

CAM: 628:35.078.2(81) NOVO-ML NOVO LEGAL

[Registro completo](#)

4. FROTA, Leandro; AIETA, Vânia (coord.). **Marco regulatório do saneamento básico**: lei nº 14.026/2020. Brasília: OAB Editora, 2021. 466 p.

**Localização:** STJ: 628:35.078.2(81) M321r

CAM: 628:35.078.2(81) MARCO-RS MARCO

[Registro completo](#)

O novo marco legal regulatório do saneamento básico: as inovações trazidas pela Lei 14.026/2020.

**Benedito Gonçalves.**

**p. 77-44**

Anotações sobre o novo marco regulatório do saneamento básico.

**Humberto Martins.**

**p. 201-213**

O campo de vigência dos fundamentos decisórios do recurso especial repetitivo nº 1.339.313/RJ frente à Lei nº 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico brasileiro.

**Mauro Campbell Marques.**  
**p. 333-346**

5. GUIMARÃES, Bernardo Strobel (coord.). **Novo marco legal do saneamento.** Belo Horizonte: Fórum, 2021, 432 p.

**Localização:** TCD: 628:35.078.2 GUIMA NOVO  
[Registro completo](#)

6. GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **O novo direito do saneamento básico:** estudos sobre o novo marco legal do saneamento básico no Brasil ( de acordo com a Lei nº 13.026/2020 e respectiva regulamentação). Belo Horizonte: Fórum, 2022. 303 p.

**Localização:** CAM: 628:34(81) NONO-DS NOVO  
[Registro completo](#)

7. HEINEN, Juliano (org.). **Direito da regulação:** teoria e prática dos setores. Salvador: JusPODIVM, 2021. 527 p.

**Localização:** TCD: 35.078.2 HEINE DIREI  
[Registro completo](#)

Saneamento básico.  
**Juliano Heinen.**  
**p. 457-527**

8. HUNGARO, Luís Alberto. **Parceria público-privada municipal:** urbanização, infraestrutura urbana, habitação, mobilidade urbana, saneamento básico e iluminação pública. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2020. 220 p.

**Localização:** STJ: 35.078.6(81) H936p 2.ed.  
[Registro completo](#)

9. MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito do saneamento básico.** Salvador: JusPODIVM, 2021. 203 p.

**Localização:** STJ: 628:34(81) M149d  
[Registro completo](#)

10. OLIVEIRA, Carlos Roberto de (org.). **Novo marco do saneamento básico no Brasil.** 2. ed. Indaiatuba (SP): Foco, 2022. 615 p.

**Localização:** TCD: 628:35.078.2 OLIVE NOVO 2 ed.  
[Registro completo](#)

O papel do saneamento básico na proteção dos recursos hídricos.

**Maria Luíza Machado Granziera.**

**p. 3-12**

A mediação e a arbitragem dos conflitos no setor de saneamento básico à luz da Lei federal 14.026/2020.

**Gustavo Justino de Oliveira.**

**p. 13-36**

Mosaico regulatório: as normas de referência da ANA para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico à luz da Lei 14.026/2020.

**Thiago Marrara.**

**p. 57-71**

A titularidade dos serviços de saneamento básico na lei de atualização do marco legal do saneamento básico.

**Raul Miguel Freitas de Oliveira.**

**p. 155-169**

A reforma do Marco legal do saneamento básico e o incentivo à prestação regionalizada dos serviços.

**Patrícia Regina Pinheiro Sampaio.**

**p. 171-184**

Diretrizes para o saneamento básico e o papel da ANA no novo marco legal.

**Rodrigo Pagani de Souza.**

**p. 89-102**

11. SÃO PAULO (Estado). Tribunal de Contas. **Novo Marco Legal do Saneamento Básico**. São Paulo: TCESP, 2021.

[Acesso on-line](#)

12. WARPECHOWSKI, Ana Cristina Moraes (coord.). **Políticas públicas e os ODS da agenda 2030**. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 512 p.

**Localização:** TCDF: 304:504 WARPE POLIT 1 REIMPR.

[Registro completo](#)

Encontros e desencontros do saneamento básico no Brasil em uma visão conjunta com a implementação do ODS 6 da agenda 2030 da ONU.

**Letícia Ayres Brito e Flávio Burmeister Martins.**

**p. 213-229**

